

# Seminário Regional

## Relatório de Diagnósticos Regional

### Região Sudeste

(versão preliminar sem revisão)

Ministério da Educação (MEC)  
Secretaria de Educação Básica (SEB)  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

# Relatório de Diagnósticos Regional

## Região Sudeste

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino  
Horácio Francisco dos Reis Filho

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais  
Orosinda Maria Taranto Goulart

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino  
Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais  
Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Coordenação Técnica de Programa de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Municipais Decenais Correspondentes  
Clodoaldo José de Almeida Souza

Elaboração Técnica do Documento  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR  
Coordenadores da Pesquisa  
Eduardo L. G. Rios-Neto  
Juliana de Lucena Ruas Riani

Equipe de Apoio/CEDEPLAR  
Adriana de Miranda Ribeiro  
Cézar Augusto Cerqueira  
Vânia Cristina Liberato

Capa, Projeto Gráfico e Ilustração  
Maurício Rodrigues de Araújo

Apoio Técnico da CAFISE  
Jorge Paz Menacho Junior  
Hilda Andressa Senna da Costa

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco L - 5º andar 514 - Brasília-DF CEP:70.0479000  
Telefone: (61) 2104-9284/2104-8562 – Fax: (61) 2104-8337  
Página do MEC: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) - Endereço eletrônico: [pme@mec.gov.br](mailto:pme@mec.gov.br)

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
-------------------	---

## VOLUME 1

### Sumário Executivo

1 SUMÁRIO EXECUTIVO.....	11
1.1 BRASIL.....	11
1.2 REGIÃO SUDESTE.....	17
1.2.1 ESTADO DE MINAS GERAIS.....	19
1.2.2 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	25
1.2.3 ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	31
1.2.4 ESTADO DE SÃO PAULO.....	36

## VOLUME 2

### Tipologias regionais dos estabelecimentos escolares brasileiros: a Região Sudeste

1 INTRODUÇÃO.....	42
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	42
2.1 VARIÁVEIS UTILIZADAS.....	42
2.2 DELINEAMENTO DOS PERFIS EXTREMOS.....	43
2.3 O MÉTODO GOM: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	44
2.4 OS PERFIS EXTREMOS.....	46
2.5 OS PERFIS MISTOS.....	46
3 RESULTADOS.....	47
3.1 REGIÃO CENTRO-OESTE: PERFIS EXTREMOS.....	47
3.2 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS PERFIS ESCOLARES.....	49

3.3 OS PERFIS E A INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL: ESTABELECIMENTOS ESCOLARES .....	51
3.4 OS PERFIS E A INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL: MATRÍCULAS .....	53
3.5 PERFIS DE EFICÁCIA ESCOLAR .....	55
4 PADRÕES MÍNIMOS SUGERIDOS DE INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR .....	57
5 CONCLUSÃO .....	61
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	62

### VOLUME 3

#### **Projeção Demográfica; Projeção de Matrículas, Taxas de Atendimento e Taxas de Transição; Indicadores do Censo Escolar**

<b>PARTE I – PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA .....</b>	<b>70</b>
1 INTRODUÇÃO .....	71
2 OBJETIVOS .....	72
3 METODOLOGIA .....	72
4 ESTIMATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS .....	74
5 RESULTADOS .....	76
 <b>PARTE II – PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS, TAXA DE ATENDIMENTO E TAXAS DE TRANSIÇÃO .....</b>	 <b>84</b>
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
1 TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR .....	85
1.1 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE ATENDIMENTO .....	88
1.2 RESULTADOS .....	88
1.3 PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS .....	91
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	
1 FLUXO ESCOLAR E MATRÍCULAS .....	94
1.1 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE FLUXO ESCOLAR .....	94
1.2 TAXA DE PROMOÇÃO .....	94
1.3 TAXA DE REPETÊNCIA .....	96
1.4 TAXA DE EVASÃO .....	98
1.5 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE FLUXO DE MATRÍCULA .....	100

1.6 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE FLUXO .....	100
1.7 PROJEÇÃO DAS MATRÍCULAS .....	106
2 TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE .....	107
2.1 EVOLUÇÃO DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE.....	108
2.2 PROJEÇÃO DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE .....	111
3 TAXA DE ATENDIMENTO E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA E BRUTA.....	113
3.1 TAXA DE ATENDIMENTO.....	113
3.2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA.....	113
3.3 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA.....	114
<b>ENSINO MÉDIO</b>	
1 FLUXO ESCOLAR E MATRÍCULA .....	118
1.1 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE FLUXO ESCOLAR.....	118
1.2 TAXA DE PROMOÇÃO .....	118
1.3 TAXA DE REPETÊNCIA .....	120
1.4 TAXA DE EVASÃO.....	122
1.5 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE FLUXOS E MATRÍCULAS .....	125
1.6 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE FLUXOS.....	125
1.7 PROJEÇÃO DAS MATRÍCULAS .....	130
2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA.....	131
2.1 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA .....	135
2.2 RESULTADOS .....	135
2.3 PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS.....	136
<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	
1 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA.....	138
1.1 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA .....	140
1.2 RESULTADOS.....	140
1.3 PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS.....	141
<b>PARTE III – INDICADORES DO CENSO ESCOLAR</b> .....	144
1 EDUCAÇÃO INFANTIL .....	145
1.1 MATRÍCULAS EM CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO.....	161
1.2 FORMAÇÃO DOS DOCENTES.....	164

1.3 INFRA-ESTRUTURA DAS ESCOLAS .....	172
1.4 MERENDA ESCOLAR .....	188
1.5 COMENTÁRIOS .....	193
2 ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR .....	195
2.1 MERENDA ESCOLAR .....	235
2.2 NÚMERO MÉDIO DE HORAS-AULA DIÁRIA .....	237
2.3 MÉDIA DE ALUNOS POR TURMA .....	239
2.4 LIVRO DIDÁTICO.....	241
2.5 COMENTÁRIOS .....	242
3 ENSINO MÉDIO.....	244
3.1 MATRÍCULAS NO TURNO NOTURNO .....	251
3.2 FORMAÇÃO DOS DOCENTES.....	259
3.3 INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR.....	262
3.4 MÉDIA DE ALUNOS POR TURMA E MÉDIA DE HORAS AULA DIÁRIA.....	278
3.5 COMENTÁRIOS.....	280
4 EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	281
5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	294
6 EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	316
7 EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	326

## APRESENTAÇÃO

A [Lei nº 10.172](#), que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), no art. 2º determina “que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar seus Planos Decenais correspondentes”. O art 3º define também, a necessidade de um processo de “avaliação periódica da implementação do PNE”.

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais Correspondentes, lançado pelo **MEC/SEB** em dezembro de 2005, vem ao encontro das competências regimentais do Ministério da Educação explicitada no art.11, inciso III do Decreto nº 5.159, de 28/07/2004 que propõe: “estimular e apoiar os sistemas de ensino quanto à formulação e à avaliação coletiva de planos nacionais, estaduais e municipais de educação”.

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino tem como objetivo prestar assistência técnica aos sistemas de ensino no processo de elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação dos seus planos e incentivar os poderes públicos e a sociedade civil, a buscarem formas de articulação institucionais com esta mesma finalidade.

Nessa perspectiva o MEC/SEB em conjunto com o INEP realizou ainda, em 2005, em parceria com o Conselho Nacional de Educação (CNE), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uneme), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, o Colóquio Nacional “*Mecanismo de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais Correspondentes*”, com o objetivo de:

- Apresentar aos dirigentes educacionais mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNE, desenvolvidos no âmbito da União e seus principais resultados.
- Buscar formas de articulação institucional, voltadas para o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais correspondentes.
- Lançar documentos produzidos pela SEB para apoiar os municípios na elaboração do PME.

Como parte da iniciativa de apoio aos Sistemas de Ensino, foram desenvolvidos estudos do PNE para referenciar todo o processo avaliativo, conforme define a legislação em vigor. Esses estudos estão contidos em:

- Cinco relatórios regionais correspondentes a cada região geográfica brasileira, com dados demográficos de população e dados estatísticos do censo escolar elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente a cada Estado e Região;
- Elaboração de planilhas personalizadas por município, com dados estatísticos, indicadores demográficos e educacionais gravados em CD-rom, que serão enviados aos

municípios, com o objetivo de subsidiar o trabalho de elaboração, revisão e ajustes dos Planos Municipais de Educação.

Os relatórios estão estruturados em 3 (três) volumes seqüenciais, cuja abordagem analisa no primeiro volume um quadro de situação das metas do **PNE** no contexto global para o Brasil, para a Região do Nordeste, e com rebatimento para cada estado da região, fazendo uma comparação entre o proposto e o alcançado na educação infantil, ensino fundamental, médio e superior e também na educação de jovens e adultos.

No segundo volume, o estudo concentra esforços na elaboração de tipologias regionais para os estabelecimentos escolares brasileiros, com base em indicadores de infra-estrutura, tamanhos e características funcionais das escolas. São construídos 3 (três) tipos de perfis com análise contextual para cada grupo.

O trabalho apresenta ainda um resumo para alguns indicadores selecionados sobre os padrões encontrados nos perfis de baixa e elevada infra-estrutura, delineada além de dados sobre os níveis encontrados em cada região e finalmente, uma proposta ou sugestão de padrões mínimos de infra-estrutura escolar, que se caracterizam como metas a serem atingidas.

O terceiro volume do documento aborda:

- a) Um estudo sobre a projeção demográfica de todas as regiões brasileiras;
- b) A projeção de matrícula, taxa de atendimento e taxas de transição;
- c) Os indicativos do censo escolar e das taxas de rendimento. O trabalho está calcado em: tabelas e gráficos com comentários sobre o atendimento da educação infantil, ensino fundamental, médio e superior como também na educação de jovens e adultos para todos os estados da região nordeste.

Para os sistemas de ensino, os relatórios regionais com dados demográficos e dados estatísticos do censo escolar e as planilhas personalizadas por município constituem elementos incentivadores para que os dirigentes, gestores e técnicos dos sistemas de ensino possam elaborar, revisar e ajustar os planos estaduais e municipais de educação. O objetivo é que a disseminação dessa gama de informações, consolidadas nos instrumentos de apoio para os sistemas de ensino possam referenciar os debates avaliativos a serem realizados em 5 (cinco) seminários regionais e proporcione o surgimento de propostas de revisão do PNE e dos planos decenais correspondentes.

**Secretaria de Educação Básica (SEB)**

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**

**Anísio Teixeira (INEP)**

# 1 SUMÁRIO EXECUTIVO

Nessa seção será feito um resumo dos principais resultados encontrados no documento a seguir. O objetivo deste é servir de referencial para a elaboração, revisão e atualização do plano estadual de educação, no qual serão enfocadas as metas cujos dados disponíveis possibilitam a sua avaliação. Dessa forma, a análise será feita para o país como um todo, região e finalmente para cada estado, focalizando algumas metas de cada nível de ensino. Todos os dados e tabelas se encontram no arquivo completo que estará anexado.

## 1.1 BRASIL

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 11,7%. Em termos regionais, o Norte é o que possuía menor atendimento, seguido do Centro-Oeste, já a região Sul apresentou maior taxa.

Ressalta-se que no período de 1998 a 2003, a taxa de atendimento de 0 a 3 anos apresentou pequeno aumento. Apesar desse crescimento, o ritmo de inserção das crianças mais novas na escola deve ser mais intenso para se alcançar a meta. A projeção dessa taxa para o Brasil mostra que, mantido o crescimento histórico, a meta nos dois períodos não será alcançada, chegando em 2005 com 13,6% de atendimento e em 2010 com 17,5%. Cabe ressaltar que essa projeção não leva em conta possíveis avanços advindos do fato da criação do FUNDEB.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário já era de 68,4%, acima portanto da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. Todas as regiões já possuíam em 2003 taxa acima da meta. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que o Brasil deverá chegar no final da década com 87,4% de atendimento para essa faixa etária, caso o ritmo de crescimento histórico seja mantido.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), a fim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 28.055. Na pré-escola são 94.741 estabelecimentos. Ressalta-se que nos dois casos, a maioria dos estabelecimentos é municipal, porém no caso das creches a participação do setor privado é quase a metade, ou seja, de 48,6%. Tal

fato é consequência da ineficiência do setor público em ofertar essa modalidade de ensino, abrindo brecha, portanto, para o setor privado.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no país.

Como a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, faz-se necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Observa-se para esses grupos etários uma taxa de crescimento negativa até a última década. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas no Brasil provocaram e continuam provocando uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram o baixo percentual de pré-escolas com sanitário (34,6%) e com relação à energia elétrica, ainda existem 11,2% de estabelecimento de pré-escola que não a possuem.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que no Brasil o percentual de docente com nível superior lecionando em pré-escola apresentou significativo aumento durante o período de 1998 a 2003, chegando no último ano com 31,3%. Ao passo que na creche, o crescimento da porcentagem de professores com curso superior foi bastante pequeno, alcançando em 2003 um valor ainda baixo - 17,7%.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de capacitação dos professores que atuam nesse nível de ensino, principalmente nas creches, já que o percentual de professores que possui nível superior ainda é bem aquém da meta de 70% estabelecida pelo PNE.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que para a pré-escola o Brasil está longe de alcançar essa meta, pois o tempo médio de permanência das crianças é de 4,4 horas. Já a creche, o tempo de permanência é bem maior - 7,8 horas. Dentre as regiões brasileiras, Nordeste é a que possui o menor tempo de permanência nas creches - 5,7 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral na pré-escola, aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura se constitui no maior desafio da educação infantil para o Brasil.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003, pode-se dizer que as taxas de repetência por série no Brasil, ainda são elevadas. A sua evolução histórica mostra uma significativa queda da 1ª série e pequeno aumento nas restantes. Apesar da queda na 1ª série, o patamar ainda é alto, pois 28,9% dos alunos que cursaram essa série em 2003 não conseguiram progredir. Com relação à taxa de evasão, o Brasil possui taxas mais elevadas nas séries finais. Para se ter uma idéia, em 2003, 12,5% dos alunos que cursaram a 8ª série evadiram. O mais preocupante, entretanto, é a tendência de alta verificada no período de 1998 a 2003, principalmente nas séries mais elevadas.

Quando se projetam as taxas de acordo com a evolução histórica, percebe-se que o Brasil não conseguiria atingir a meta tanto para a repetência quanto para a evasão. A única exceção é a taxa de repetência da 1ª série que deverá reduzir os 50% em cinco anos

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a repetência e evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Brasil ainda está aquém do desejável. Em 2003, apenas 57,4% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 30,9% escolas com laboratório de informática, 19,9% com laboratório de ciências, 54,7% com quadras de esportes e 33,1% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do Brasil ter apresentado um aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era baixo (56,8%). Destaca-se o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 36,1% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 77,1%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,2%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação estadual e municipal para detectar possíveis desigualdades.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 93,8% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando o ensino infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 14,88% estavam na educação infantil. Como o ensino infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

Outro fato que merece destaque é com relação ao desempenho dos alunos em sistemas de avaliação como o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico) que reflete o lado qualitativo do ensino. De acordo com os dados do SAEB, pode-se dizer que o Brasil continua praticamente estável, pois no período de 1999 a 2003 as notas praticamente não alteraram, ocorrendo inclusive queda entre 1999 e 2001, porém pequeno aumento entre 2001 e 2003. É importante destacar o melhor desempenho dos alunos de escolas particulares, o que coloca a necessidade da melhora do ensino nas escolas públicas. Essa trajetória foi verificada tanto para matemática quanto para português.

### **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica da taxa de repetência no Brasil durante o período de 1998 a 2003 mostra uma quase estagnação, com pequeno aumento no final do período para as três séries. Com relação à evasão, também ocorreu pouca alteração durante o período, com pequeno aumento nas duas primeiras séries. Ressalta-se que tanto a repetência quanto a evasão apresentam maiores valores nas primeiras séries.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas mostram que o Brasil não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas, com exceção para a repetência e evasão da 3ª série. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003, 43,1% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 82,4% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

A projeção da taxa de escolarização líquida mostra que mantida a tendência histórica, o Brasil conseguiria atingir a meta em 2005, porém não atingirá em 2010, chegando a apenas 65,7%. Apesar da meta ser alcançada em 2005, ressalta-se que muitos estados não conseguirão, conforme poderá ser visto no restante do relatório.

Para que o Brasil possa ofertar o ensino médio para 100% da demanda até 2010, é necessária a elaboração de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental. Porém, ainda há espaço para melhorar a infra-estrutura das escolas brasileiras de nível médio, pois, o percentual de alunos atendidos em escolas com bibliotecas era de 85,2%; em escolas com laboratório de informática, 61,3%; com laboratório de ciências, 50,6%; com quadras de esporte, 81,8% e com Internet, 57,4%.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verificou-se aumento chegando em 2003 com 90,2% dos docentes com curso superior. Apesar desse alto percentual é necessário identificar os estados e municípios onde a qualificação dos professores é mais precária para realizar políticas mais focalizadas.

Analisando os dados do SAEB relativos a 8ª série do ensino médio, percebe-se a nora média do Brasil caiu de 2001 a 2003 para matemática e português. Essa queda se deve basicamente à piora no desempenho dos alunos das escolas públicas, já que a nota dos alunos das escolas particulares apresentou aumento.

## **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 10,6% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 34,0%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 25,32% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino fundamental e médio, já que o aluno fica retido desde o início do aprendizado. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino fundamental e médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do estabelecido pela meta, ou seja, será de 16,4%.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003, constata-se que a taxa de analfabetismo do Brasil permaneceu praticamente estável durante o período, ficando em 2003 no nível de 11,6%. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se que nas idades mais velhas ela é bem maior. Enquanto que no grupo etário de 15 a 19 anos, apenas 2,6% era analfabeta em 2003, para a população de 40 anos ou mais esse percentual era de 19,9%. Tal fato demonstra a necessidade de maior intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que o Brasil necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 30 milhões de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## 1.2 SUDESTE

Nessa seção serão comentados os principais resultados da região Sudeste como um todo. Analisando primeiramente o ensino infantil, percebe-se que, de modo geral, as taxas de atendimento da população de 0 a 3 anos são bastante baixas, o que requer um maior esforço de inserção dessas crianças para que a Meta 1 estabelecida pelo PNE seja alcançada. Cabe ressaltar, que apesar do baixo nível, essa região possui o segundo maior atendimento para essa faixa etária ficando atrás apenas do Sul.

Já o atendimento da população de 4 a 6 anos se encontra em um nível bem mais alto, com taxa de atendimento em 2003, calculada pela PNAD, maior que o estabelecido pela meta para 2005. Se o ritmo de crescimento histórico dessa taxa for mantido, o Sudeste alcançará a Meta de 80% em 2010 em todos os estados.

Com relação à qualidade da infra-estrutura das escolas e dos docentes, as escolas dessa região possuem infra-estrutura bem melhor que a média brasileira, porém, destaca-se o baixo percentual de estabelecimentos com sanitários.

Outro ponto que merece destaque é com relação ao atendimento integral. Percebe-se que, na creche, o tempo médio de permanência para a região (8,5 horas) é maior que para o Brasil (7,8 horas). No caso da pré-escola, o tempo médio é ainda baixo (4,5) e bem próximo a média brasileira (4,4).

Para o ensino fundamental, o principal problema é com relação às taxas de repetência e evasão. Pois a redução de 50% dessas taxas estabelecida pela Meta 3, dificilmente será alcançada, com exceção das taxas de repetência nas séries iniciais para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Para se atingir essa meta, além de políticas de retenção dos alunos e estímulos a não repetência, a melhora da qualidade da infra-estrutura e do corpo docente também é um fator de extrema importância. No caso da qualidade da infra-estrutura, percebe-se que essa região possui indicadores melhores que o Brasil. Com relação a qualidade do corpo docente, a porcentagem de docentes com nível superior é bem maior que o encontrado para o Brasil, porém, existe um grande diferencial entre as primeiras séries desse nível de ensino e as séries finais.

A maior retenção e evasão dos alunos no ensino fundamental provoca uma maior distorção entre a série cursada e a idade adequada de cursá-la. Dessa forma, muitos jovens que deveriam estar cursando o ensino médio ainda estão no fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos. Tal fato traz dificuldades para o cumprimento da Meta 1 referente ao atendimento do ensino médio, principalmente no que tange ao atendimento de 100% em 2010.

Da mesma forma, a meta referente à diminuição da repetência e evasão (Meta 4) dificilmente será alcançada, se não houver políticas voltadas para o aumento da progressão dos alunos. Essas políticas compreendem principalmente a capacitação dos professores, implantação de ciclos, mecanismos de avaliação permanente do aluno e incentivos financeiros para a permanência do aluno na escola.

Da mesma forma que no ensino médio, o cumprimento da meta referente à oferta de educação superior para, pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos (Meta 1), ficará comprometida devido a retenção dos alunos nos níveis de ensino anteriores. Somado a isso, é grande a porcentagem de alunos que evadem do sistema de ensino após ter concluído o nível médio.

Com relação ao desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), no geral, as notas alcançadas na região Sudeste para língua portuguesa e matemática nas 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries são maiores que para o Brasil. Ressalta-se, porém, que o desempenho dos alunos das escolas públicas é pior que o dos alunos das escolas particulares, seguindo a tendência nacional.

## 1.2.1 MINAS GERAIS

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

A análise das taxas de atendimento para as populações de 0 a 3 anos e 4 a 6 anos em Minas Gerais permite constatar que, embora ambas taxas tenham apresentado crescimento durante o período de 1998 a 2003, ainda correspondem às menores taxas de atendimento dentre os estados da região sudeste e são inferiores até mesmo à média nacional. Em 2003, a taxa de atendimento entre as crianças de 0 a 3 anos no estado era de apenas 9%, enquanto no Brasil era de 11,3%. Já taxa de atendimento da população de 4 a 6 anos era de 66,3%, ao passo que a média nacional era de 68,4%.

Assim, será necessário que o ritmo de inserção das crianças de 0 a 3 anos de idade na escola seja mais intenso para que a meta seja alcançada. A projeção da taxa de atendimento para essa população mostra que, mantido o atual crescimento, a meta não seria alcançada, chegando em 2005 a 11,1% de atendimento e em 2010 a 14,5%, níveis bem abaixo dos estabelecidos pela meta do PNE.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário já era superior a meta de 60% estabelecida para 2005. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que, mantida a tendência histórica de crescimento, Minas Gerais alcançaria 86,5% de atendimento para essa faixa etária em 2010, acima, portanto, da meta.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade). Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 3.237 no estado. Na pré-escola eram 7.125 estabelecimentos. Somado a isso, verifica-se que em Minas Gerais a maioria dos estabelecimentos que oferecem creche são particulares, caso que não ocorre na pré-escola. Tal fato reforça a necessidade de um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches, já que a educação infantil é de responsabilidade dos municípios.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções populacionais observa-se um crescimento negativo para a população de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento do número de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e a formação dos docentes nas escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Nas as escolas já existentes no estado, apesar de praticamente todas contarem com água, esgoto e energia elétrica, a situação ainda é bastante precária no que diz respeito à presença de sanitários nos estabelecimentos. Minas Gerais é o estado do Sudeste com menor percentual de estabelecimentos com sanitários, tanto para as creches (60,8%), quanto para a pré-escola (35,0%).

Com relação à formação de docentes que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que esse estado dificilmente chegará aos 100% de professores com nível médio até 2005, posto que em 2003 apenas 64,9% dos docentes que atuavam na pré-escola possuíam ensino médio completo e na creche esse percentual era de 69,6%. Com relação a atingir a meta de 70% dos docentes com nível superior, a situação é mais complicada ainda já que na pré-escola apenas 33,7% dos docentes possuíam essa qualificação e na creche, 14,3%.

Esse quadro evidencia que a expansão da educação infantil no estado de Minas Gerais deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessárias para expansão de creches, sejam apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que na modalidade creche, Minas Gerais está próximo do atendimento integral, pois em 2003 o tempo de permanência era de 7,9 horas. Já para a pré-escola, a situação é bem diferente, pois o tempo médio de permanência é ainda baixo - 4,7 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da permanência diária do aluno na pré-escola, o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura constituem os maiores desafios da educação infantil para o estado de Minas Gerais.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003 ressalta-se que a repetência da 1ª série apresentou significativa queda no período 99-2001. Mas, de outro lado, registra-se o aumento da repetência na 8ª série, ficando inclusive acima da média nacional. Com relação à taxa de evasão, verifica-se que Minas Gerais possui níveis menores que o Brasil, a exceção é a evasão na 8ª série que tem aumentado nos últimos anos.

Quando se projetam as taxas de acordo com a evolução histórica, percebe-se que Minas Gerais não deve alcançar a redução de 50% proposta na meta. Para a evasão, as projeções mostram que a 2ª, 7ª e 8ª séries são as que merecem maior atenção por parte dos formuladores de políticas.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a repetência e evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas de ensino fundamental no estado é uma das piores da região Sudeste. Em 2003, apenas 84,6% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 29,2% escolas com laboratório de informática, 28,1% com laboratório de ciências, 62,2% com quadras de esportes e 19,7% com acesso à Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar de Minas Gerais ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era baixo (63,9%). Ressalta-se, porém, que esse percentual está acima da média nacional (56,8%), porém, abaixo da média da região Sudeste (71,5%).

Destaca-se o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 43,3% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 84,8%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1, os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,9%, pouco acima da média nacional que era de 97,2%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 95,9% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando o ensino infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 12% estavam na educação infantil. Como o ensino infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que em Minas Gerais tanto a repetência quanto a evasão apresentaram tendência de aumento nas três séries do ensino médio. Porém, a evasão da 3ª série apresentou queda acentuada no período 2002-2003.

Caso essa tendência histórica seja mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que o esse estado não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estuda no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 46,8% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio.

Através das projeções que estão no relatório a seguir, avalia-se que se a tendência histórica de crescimento da taxa de escolarização líquida for mantida, o estado de Minas Gerais alcançaria a meta de 2005, chegando a uma taxa de 55,9% em 2005, mas não alcançaria a meta de 2010, chegando a 78,2% apenas.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que mais jovens de 15 a 17 anos consigam chegar ao nível médio na idade adequada, aliadas a políticas que retenham esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio em Minas Gerais possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém, possuem indicadores bastante inferiores à média da região sudeste, alguns abaixo até mesmo da média nacional, como é o caso do percentual de alunos atendidos por Laboratório de Informática e acesso à Internet, que são de 58% e 33,7%, respectivamente.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verificou-se significativo aumento da participação de docentes com curso superior, chegando 94% em 2003. Apesar desse alto percentual é necessário identificar os municípios onde a qualificação dos professores é mais precária para realizar políticas mais focalizadas.

## **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 9,8% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 30,1%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 32,7% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio, ou seja, diminuir a retenção desses jovens no ensino médio. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que, se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do estabelecido pela meta, ficando em apenas 15,6%.

Um fato a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem realizadas as políticas sugeridas acima.

## **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado de Minas Gerais apresentou queda durante o período de 1998 a 2003, porém o ritmo ainda é lento. Em 2003 havia 11% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se para as pessoas mais velhas ela é bem maior, demonstrando a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que o estado necessitará de um esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 3,2 milhões de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## 1.2.2 ESPÍRITO SANTO

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta do PNE estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

A análise da taxas de atendimento para a população de 0 a 3 anos no estado do Espírito Santo permite constatar que, embora tenha apresentado crescimento durante o período de 1998 a 2003, ainda está muito distante da meta de 30% estipulada pelo PNE. Em 2003, a taxa de atendimento entre as crianças de 0 a 3 anos no estado era de 17,2%. Já no caso da população de 4 a 6 anos, a taxa de atendimento de 67,4% em 2003 já ultrapassa com folga a meta estabelecida para 2005.

Assim sendo, no Espírito Santo as atenções devem se voltar para a uma maior inserção das crianças de 0 a 3 anos de idade na escola para que a meta seja alcançada. A projeção da taxa de atendimento para essa população mostra que, mantido o atual crescimento, a meta não seria alcançada, chegando em 2005 a 17,3% de atendimento e em 2010 a 22,3%, níveis bem abaixo dos estabelecidos pela meta do PNE.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranquila já que em 2003 o atendimento desse grupo etário era superior a meta de 60% estabelecida para 2005. O desafio, portanto, será alcançar 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que, mantida a tendência histórica de crescimento, o estado chegaria a 84,7% de atendimento para essa faixa etária em 2010.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade). Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 existiam apenas 608 no estado. Na pré-escola eram 1.424 estabelecimentos. Há a necessidade de um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches, já que a educação infantil é de responsabilidade dos municípios.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções populacionais observa-se um ritmo decrescente no crescimento da população de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão um crescimento mais lento no número de crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento no número de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e a formação dos docentes nas escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Nas as escolas já existentes no estado, apesar da quase totalidade já contar com água, esgoto e energia elétrica, a situação ainda é bastante precária no que diz respeito à presença de sanitários nos estabelecimentos. Verifica-se um baixo percentual de estabelecimentos com sanitários tanto para as creches (63,2%), quanto para a pré-escola (41,6%).

Com relação à formação de docentes que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que esse estado dificilmente chegará aos 100% de professores com nível médio até 2005, posto que em 2003 apenas 69,1% dos docentes que atuavam na pré-escola possuíam ensino médio completo e na creche esse percentual era de 73%. Com relação a atingir a meta de 70% dos docentes com nível superior, a situação é mais complicada ainda já que na pré-escola apenas 30,7% dos docentes possuíam essa qualificação e na creche, 26,8%.

Esse quadro evidencia que a expansão da educação infantil no estado do Espírito Santo deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessárias para expansão de creches, sejam apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que na modalidade creche, Espírito Santo está próximo do atendimento integral, pois em 2003 o tempo de permanência era de 7,7 horas. Já para a pré-escola, tempo médio de permanência é ainda baixo - 4,8 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da permanência diária do aluno na pré-escola, o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura constituem os maiores desafios da educação infantil para o estado do Espírito Santo.

## **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003 ressalta-se que a repetência da 1ª série apresentou aumento no período 2001-03, o mesmo ocorrendo com as três séries finais. Com relação à taxa de evasão, verifica-se que o Espírito Santo é o estado da região sudeste com a maior taxa de evasão na 8ª série e que esta têm aumentado nos últimos anos.

Quando se projetam as taxas de acordo com a evolução histórica, percebe-se que o estado não deve alcançar a redução de 50% proposta na meta. Para a evasão, as projeções mostram que a 4ª e 8ª séries são as que merecem maior atenção por parte dos formuladores de políticas.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a repetência e evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas de ensino fundamental no estado é a pior da região Sudeste. Em 2003, o percentual de alunos que cursavam escolas com laboratório de informática (28,5), escolas com laboratório de ciências (15,7%) e escolas com acesso à Internet (19%), estava bem abaixo da média nacional.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do estado ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era muito baixo (54,7%). Ressalta-se que esse percentual está abaixo da média nacional, que é de 56,8%.

Destaca-se o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 34,8% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 73,4%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1, os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97%, pouco abaixo da média nacional que era de 97,2%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 94,4% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando o ensino infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 9,4% estavam na educação infantil. Como o ensino infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que no estado do Espírito Santo a repetência nas três séries apresentou elevação, mas com tendência de estabilização ao final do período. Ao mesmo tempo, a evasão apresentou um preocupante aumento duas primeiras séries.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que o esse estado não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estuda no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 46% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio.

Através das projeções que estão no relatório a seguir, avalia-se que se a tendência histórica de crescimento da taxa de escolarização líquida for mantida, o estado alcançaria a meta de 2005, chegando a uma taxa de 54,5%, mas não alcançaria a meta de 2010, chegando a 71,6% apenas.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que mais jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliadas a políticas que retenham esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio no Espírito Santo possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém, possuem os piores indicadores de infra-estrutura da região sudeste, e estão abaixo até mesmo da média nacional como é o caso do percentual de alunos atendidos por Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, e acesso à Internet que são de 52,8%, 39,3% e 32,2%, respectivamente.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verifica-se uma estagnação da participação de docentes com curso superior em 78% no período de 2000 a 2003. Ressalta-se que esta participação é bastante inferior à média nacional que era de 90,2% em 2003.

## **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 11,3% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 30,2%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 40,72% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio, ou seja, diminuir a retenção desses jovens no ensino médio. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que, se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida ficaria aquém do estabelecido pela meta -23,9%.

Um fato a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 20 a 24 anos até o final da década e desaceleração do crescimento para as idades de 18 e 19 anos. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem realizadas as políticas sugeridas acima.

## **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado do Espírito Santo apresentou queda durante o período de 1998 a 2003, porém o ritmo ainda é lento. Em 2003 havia 11,7% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se para as pessoas mais velhas ela é bem maior, demonstrando a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que o estado necessitará de um esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de meio milhão de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

### 1.2.3 RIO DE JANEIRO

#### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta do PNE estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

A análise das taxas de atendimento para a população de 0 a 3 anos no estado do Rio de Janeiro permite constatar que, embora tenha apresentado crescimento durante o período de 1998 a 2003, ainda está muito distante da meta de 30% estipulada pelo PNE. Em 2003, a taxa de atendimento entre as crianças de 0 a 3 anos no estado era de 14,2%. Já no caso da população de 4 a 6 anos, a taxa de atendimento de 77,7% em 2003 já ultrapassa com muita folga a meta estabelecida para 2005.

Deste modo, no Rio de Janeiro as atenções devem se voltar para a uma maior inserção das crianças de 0 a 3 anos de idade na escola para que a meta seja alcançada. A projeção da taxa de atendimento para essa população mostra que, mantido o atual crescimento, a meta não seria alcançada, chegando em 2005 a 15,3% de atendimento e em 2010 a 18,2%, níveis bem abaixo dos estabelecidos pela meta do PNE.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranquila já que em 2003 o atendimento desse grupo etário era superior a meta de 60% para o ano de 2005. O desafio, portanto, será alcançar 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que, mantida a tendência histórica de crescimento, o estado chegaria a 87,8% de atendimento para essa faixa etária em 2010.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade). Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que oferecem creche, já que em 2003 havia apenas 2.070 no estado. Na pré-escola eram 6.141 estabelecimentos. Somado a isso, verifica-se que no Rio de Janeiro a maioria dos estabelecimentos que oferecem creche são particulares. Tal fato reforça a necessidade de um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches, já que a educação infantil é de responsabilidade dos municípios.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções populacionais, observa-se um ritmo decrescente no crescimento da população de 0 a 6 anos, chegando até mesmo a diminuir no grupo de 0 a 3. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão um crescimento mais lento no número de crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento no número de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e a formação dos docentes nas escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Nas as escolas já existentes no estado, apesar da quase totalidade já contar com água, esgoto e energia elétrica, a situação ainda não é satisfatória no que diz respeito à presença de sanitários nos estabelecimentos. Verifica-se que 82,9% das creches e 61,4% das pré-escolas possuem sanitários.

Com relação à formação de docentes que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que esse estado dificilmente chegará aos 100% de professores com nível médio até 2005, posto que em 2003 apenas 68,1% dos docentes que atuavam na pré-escola possuíam ensino médio completo e na creche esse percentual era de 79,1%. Com relação a atingir a meta de 70% dos docentes com nível superior, a situação é mais complicada ainda já que na pré-escola apenas 29,4% dos docentes possuíam essa qualificação e na creche, 12,4%.

Esse quadro evidencia que a expansão da educação infantil no estado do Rio de Janeiro deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessárias para expansão de creches, sejam apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que na modalidade creche, o Rio de Janeiro já alcançou o atendimento integral, pois em 2003 o tempo de permanência era de 8,3 horas. Já para a pré-escola, tempo médio de permanência é ainda baixo - 4,7 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da permanência diária do aluno na pré-escola, o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura constituem os maiores desafios da educação infantil para o estado do Rio de Janeiro.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003 ressalta-se como fator positivo a redução da repetência da 1ª série no último ano e como negativo, o aumento da repetência na 8ª série. Com relação à taxa de evasão, verifica-se que de modo geral esta aumentou no último ao analisado.

Quando se projetam as taxas de acordo com a evolução histórica, percebe-se que o estado não deve alcançar a redução de 50% proposta na meta. Para a evasão, as projeções mostram que a 4ª demanda maior atenção por parte dos formuladores de políticas do estado.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a repetência e evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação

dentro de sala de aula, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas de ensino fundamental no estado ainda é precária. Em 2003, o percentual de alunos que cursavam escolas com biblioteca, escolas de laboratório de informática, escolas com laboratório de ciências e escolas com acesso à Internet eram de 57%, 39,6%, 23,3% e 50,1%, respectivamente.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do estado ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era baixo (64,8%).

Destaca-se o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 346,5% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 88,4%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1, os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,9%, pouco acima da média nacional que era de 97,2%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 92,1% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de crianças nessa faixa etária cursando o ensino infantil. Em 2003 das crianças de 7 anos que freqüentavam a escola, 27,09% estavam na educação infantil. Como o ensino infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que no estado do Rio de Janeiro a repetência no ensino médio apresentou tendência de elevação ao final do período, acompanhada de aumento da evasão duas primeiras séries.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que esse estado não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio

aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estuda no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 45,4% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Ressalta-se é a menor taxa de escolarização líquida no ensino médio da região sudeste, cuja média é 55,5%.

Através das projeções que estão no relatório a seguir, avalia-se que, se a tendência histórica de crescimento da taxa de escolarização líquida for mantida, o estado alcançaria a meta de 2005, chegando a uma taxa de 52,5%, mas ficaria muito distante da meta de 2010, chegando a 68% apenas.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que mais jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliadas a políticas que retenham esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio no Rio de Janeiro possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém, possuem alguns indicadores de infra-estrutura inferiores à média nacional, como é o caso do percentual de alunos atendidos por Biblioteca, Laboratório de Informática e Laboratório de Ciências que são de 82%, 56,3% e 49% respectivamente.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verificou-se significativo aumento da participação de docentes com curso superior, chegando 97,2% em 2003. Apesar desse alto percentual é necessário identificar os municípios onde a qualificação dos professores é mais precária para realizar políticas mais focalizadas.

## **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 15,1% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 39,8%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte

considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 45,37% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio, ou seja, diminuir a retenção desses jovens no ensino médio. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que, se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida ficaria aquém do estabelecido pela meta -23,4%.

Um fato a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 20 a 24 anos até o final da década e desaceleração do crescimento para as idades de 18 e 19 anos. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem realizadas as políticas sugeridas acima.

## **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado do Rio de Janeiro apresentou queda durante o período e 1998 a 2003, porém o ritmo ainda é lento. Em 2003 ainda havia 5,1% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se para as pessoas mais velhas ela é bem maior, demonstrando a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que o estado necessitará de um esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 1,8 milhão de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## 1.2.4 SÃO PAULO

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta do PNE estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

A análise da taxas de atendimento para a população de 0 a 3 anos no estado de São Paulo permite constatar que o estado está muito distante da meta de 30% estipulada pelo PNE. Em 2003, a taxa de atendimento entre as crianças de 0 a 3 anos era de 14,5%. Já no caso da população de 4 a 6 anos, a taxa de atendimento de 70,9% em 2003 já ultrapassa com muita folga a meta estabelecida para 2005.

Deste modo, em São Paulo as atenções devem se voltar para a uma maior inserção das crianças de 0 a 3 anos de idade na escola. A projeção da taxa de atendimento para essa população mostra que, mantido o atual crescimento, a meta não seria alcançada, chegando em 2005 a 16,7% de atendimento e em 2010 a 22,3%, níveis bem abaixo dos estabelecidos pela meta do PNE.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila já que em 2003 o atendimento desse grupo etário era superior a meta de 60% para o ano de 2005. O desafio, portanto, será alcançar 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que, mantida a tendência histórica de crescimento, o estado chegaria a 93,2% de atendimento para essa faixa etária em 2010.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade). Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia 6.529 no estado, número insuficiente para atender à demanda. Na pré-escola eram 10.835 estabelecimentos. Somado a isso, verifica-se que em São Paulo, a maioria dos estabelecimentos que oferecem creche é particular. Tal fato reforça a necessidade de um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches, já que a educação infantil é de responsabilidade dos municípios.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções populacionais, observa-se um ritmo decrescente no crescimento da população de 0 a 6 anos, chegando até mesmo a diminuir no grupo de 0 a 3. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão um crescimento mais lento no número de crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento no número de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e a formação dos docentes nas escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Nas as escolas já existentes no estado, apesar da quase totalidade já contar com água, esgoto e energia elétrica, a situação ainda não é satisfatória no que diz respeito à presença de sanitários nos estabelecimentos. Verifica-se que 79,7% das creches e 70,3% das pré-escolas possuem sanitários.

Com relação à formação de docentes que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que esse estado dificilmente chegará aos 100% de professores com nível médio até 2005, posto que em 2003 apenas 44,4% dos docentes que atuavam na pré-escola possuíam ensino médio completo e na creche esse percentual era de 60,9%. Com relação a atingir a meta de 70% dos docentes com nível superior, a situação é mais complicada ainda já que na pré-escola apenas 54,5% dos docentes possuíam essa qualificação e na creche, 32,2%.

Esse quadro evidencia que a expansão da educação infantil no estado de São Paulo deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessárias para expansão de creches, sejam apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que na modalidade creche, São Paulo já alcançou o atendimento integral, pois em 2003 o tempo de permanência era de 8,9 horas. Já para a pré-escola, tempo médio de permanência é ainda baixo - 4,4 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da permanência diária do aluno na pré-escola, o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura constituem os maiores desafios da educação infantil para o estado de São Paulo.

## **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003, ressalta-se que a repetência da 1ª a 7ª série, que apresenta níveis bem inferiores a media nacional, registrou significativa queda no período 2001-03. Mas, de outro lado, dá-se o aumento da repetência na 8ª série. Com relação à taxa de evasão, o estado de São Paulo também possui níveis menores que o Brasil em todas as séries, contudo, a evasão na 8ª série tem aumentado nos últimos anos.

Quando se projetam as taxas de acordo com a evolução histórica, percebe-se que São Paulo não deve alcançar a redução de 50% na repetência em todas as séries proposta na meta. Da mesma forma, não se deve alcançar a meta para redução de evasão. As projeções mostram que a 2ª, 7ª e 8ª séries são as que merecem maior atenção por parte dos formuladores de políticas.

Deste modo, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a repetência e evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e

outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas de ensino fundamental no estado é a das melhor da região Sudeste. Em 2003, 66,9% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 59,6% escolas com laboratório de informática, 34% com laboratório de ciências, 86% com quadras de esportes e 88,3% com acesso à Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, São Paulo possui o mais alto percentual de professores com nível superior (81,7%). Ressalta-se, porém, o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é mais precária que nas finais, pois 63,2% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 96,3%. Dessa forma, esse quadro coloca a o foco de políticas para a qualificação dos docentes nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 98,5%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 95,9% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando o ensino infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 10,15% estavam na educação infantil. Como o ensino infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que em São Paulo tanto a repetência quanto a evasão apresentaram tendência de aumento nas séries do ensino médio nos últimos três anos.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que o esse estado não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estuda no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Em São Paulo, 64,1% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio em 2003.

Através das projeções que estão no relatório a seguir, avalia-se que se a tendência histórica de crescimento da taxa de escolarização líquida for mantida, o estado alcançaria a meta de 2005, chegando a uma taxa de 72,8% em 2005, mas não alcançaria a meta de 2010, ficando em 94,3%.

Fica evidenciado, portanto, que não obstante o estado de São Paulo apresentar a maior taxa de escolarização líquida no ensino médio, ainda há necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que mais jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliadas a políticas que retenham esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio em São Paulo possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, com destaque para o alto percentual de alunos atendidos por Laboratório de informática, Quadra de esportes e acesso à Internet, que são 89,7%, 95,3% e 97,5%, respectivamente.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verificou-se significativo aumento da participação de docentes com curso superior, chegando 96,4% em 2003. Apesar desse alto percentual é necessário identificar os municípios onde a qualificação dos professores é mais precária para realizar políticas mais focalizadas.

## **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 13,5% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 29,8%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 37,84% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio, ou seja, diminuir a retenção desses jovens no ensino médio. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que, se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida ficaria aquém do estabelecido pela meta – 19,2%.

Um fato a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem realizadas as políticas sugeridas acima.

## **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado de São Paulo apresentou queda durante o período de 1998 a 2003, porém o ritmo ainda é lento. Em 2003 ainda havia 5,9% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se para as pessoas mais velhas ela é bem maior, demonstrando a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que o estado necessitará de um esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 4,6 milhões de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.